

## **PRECONCEITO E VARIAÇÃO: IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA<sup>1</sup>**

### *PREJUDICE AND VARIATION: PEDAGOGICAL IMPLICATIONS FOR PORTUGUESE LANGUAGE LEARNING*

**Bruna da Rosa Sedrez<sup>2</sup> e Nilsa Reichert Barin<sup>3</sup>**

#### **RESUMO**

Nesta pesquisa, que visa à análise da Sociolinguística no contexto das aulas de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental, avaliaram-se conhecimentos dos alunos e conteúdos trabalhados em sala de aula. O objetivo central é analisar como a variação linguística é contemplada no ensino de língua materna, bem como a discussão teórica com base na importância da aprendizagem que considere o aspecto social da linguagem. A metodologia utilizada fundamenta-se em um questionário que foi aplicado a vinte alunos do sexto ano. Essa ferramenta procurava obter dados referentes a conteúdos abordados, assim como a resposta dos estudantes acerca de fatores sociolinguísticos. Os resultados obtidos foram ao encontro da ideia de que, muitas vezes, a aula de Língua Portuguesa exclui contextos reais de interação e privilegia apenas a norma culta e que os alunos do Ensino Fundamental não são frequentemente expostos ao ensino da gramática normativa por meio do aspecto social da língua. Com isso, percebe-se a necessidade de abordar conteúdos relevantes à oralidade do português, como suporte para a aprendizagem da norma culta da língua e não apenas à memorização de estruturas gramaticais.

**Palavras-chave:** variação linguística, aprendizagem, aspecto social da língua.

#### **ABSTRACT**

*This research aims to analyze the Sociolinguistic dimension in the context of Portuguese classes in elementary school. The main objective is to analyze how linguistic variation is contemplated and to do a theoretical discussion based on the importance the social aspect in language learning. A questionnaire was applied to twenty students of the sixth grade, and it sought to gather some data related to the content covered, as well as the response from students about sociolinguistic factors. The results show that sometimes Portuguese classes exclude real contexts of interaction and only focus on cultural norms, also it points that elementary school students are not often exposed to normative grammar through the social aspect of the language. Thus, we see the need to address content which is related to the oral aspects of Portuguese as a support for learning the norms of the language and not just memorizing grammar structures.*

**Keywords:** linguistic variation, learning, social aspect of language.

---

<sup>1</sup> Trabalho Final de Graduação - TFG.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Letras - Centro Universitário Franciscano. E-mail: brunaseedrez@gmail.com

<sup>3</sup> Orientadora - Centro Universitário Franciscano. E-mail: nilsabarin@gmail.com

## INTRODUÇÃO

A aula de Língua Portuguesa em escolas públicas é, na maioria dos casos, voltada ao ensino da gramática normativa. Levando em consideração que, geralmente, não há a preocupação em utilizar metodologias que abordem questões sociais da língua, a aprendizagem, muitas vezes, não é efetiva e acaba revelando que a entidade escola não tem a preocupação em formar cidadãos, mesmo sendo o principal objetivo dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Assim, cria-se uma imagem desfavorável em relação à própria língua materna, e os alunos ficam cada vez mais desinteressados em aprender. É preciso introduzir a língua como processo nos vários conteúdos propostos pela disciplina, para que, conforme os PCN, os jovens saibam adequá-la, levando em consideração diferentes contextos de formalidade e de uso da língua.

Em virtude desse assunto, tem-se, como propósito, analisar e discutir uma maneira de ensinar a norma padrão, incluindo variações linguísticas no conteúdo programático das aulas de língua portuguesa, que visem à compreensão da importância da Sociolinguística no uso de gêneros textuais. Além disso, há o objetivo de avaliar de que forma a variação linguística é contemplada no ensino da língua materna, bem como a análise de gêneros textuais como modalidade para o ensino. Como base teórica, alguns autores são importantes: Bagno (1999), ao abordar o preconceito linguístico e o ensino de língua materna e Labov (1972), pelas descobertas relevantes para o entendimento de como falantes utilizam a língua. Nessa perspectiva teórica, é importante considerar também que os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (1998) discutem as implicações pedagógicas para o ensino de língua portuguesa. Com base nessas abordagens, esta pesquisa descritivo-aplicada é realizada por meio de um questionário com perguntas a respeito de conhecimentos sociolinguísticos de alunos do Ensino Fundamental e do trabalho com a oralidade da língua na sala de aula.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: A LÍNGUA COMO PROCESSO SOCIAL

Para conceituar “variação”, é importante mencionar a Sociolinguística. Com a existência da ciência Linguística, efetivada em 1916, através do Curso de Linguística Geral, de Ferdinand Saussure, a maior ênfase sociolinguística surge somente na década de 60, incentivada pela Teoria da Variação, proposta por Willian Labov.

Conforme Tarallo (1997), são denominados sociolinguistas aqueles que veem a língua como um meio de comunicação, de informação e de expressão entre os indivíduos. Portanto, a Sociolinguística ocupa-se em analisar e estudar a língua, considerando sua heterogeneidade na relação com a sociedade, que não é mera causalidade, pois, a partir do momento em que nascemos, começamos

a formular nossas mensagens com o propósito da comunicação (PRETI, 1930). Para complementar, a fala é o veículo pelo qual usamos a língua em situações naturais de interação social, em que não há preocupação com a maneira de como será formulado o enunciado (TARALLO, 1997). Tal fato é inquestionável e certificado por muitos teóricos, como Labov (1972, p. 215):

A língua é uma forma de comportamento social: declarações neste sentido podem ser encontradas em qualquer texto introdutório. Crianças mantidas em isolamento não usam a língua; ela é usada por seres humanos num contexto social, comunicando suas necessidades, ideias e emoções aos outros.

A língua está intrinsecamente ligada à sociedade, sendo o único meio pelo qual entendemos e nos fazemos entender. Como a língua é um processo social, ou seja, suscetível a mudanças, é inevitável que haja variações. Formas em variação, consideradas “variantes linguísticas”, são, segundo Tarallo (1997), várias maneiras de se dizer a mesma coisa em determinada situação, sem alterar o valor de verdade.

As variáveis linguísticas (conjunto de variantes) são classificadas, de acordo com Beline (2007), em três tipos: diatópicas, diastráticas e diafásicas, indicadas por vários fatores. A primeira diz respeito a elementos geográficos, isto é, dialetos ou falares regionais, condicionados pela região em que o falante está inserido. A variação diastrática está ligada a fatores socioculturais por influência de idade, sexo, raça, profissão, classe social, grau de escolaridade, entre outros. O último tipo de variação está ligado à situação de formalidade de contextos em que ocorre a interação, em que o falante modifica seu discurso de acordo com o nível de fala. Esse conceito é necessário para que se leve em conta a situação comunicativa, compreendendo a importância do contexto de uso da língua para a comunicação.

Além dos conceitos acima citados, é classificado como variação o uso da língua de forma não correspondente às normas da gramática normativa, que é vista, muitas vezes, como fator determinante para que haja um padrão linguístico invariável. De acordo com Bagno (1999), não existe um padrão linguístico uniforme, apenas pode chegar a certo grau de equivalência, mas jamais será completamente homogêneo, pois é usado por pessoas que não são física, psicológica e socialmente idênticas.

Tendo em vista que a gramática era, num primeiro momento, descritiva de um dialeto da língua, Terra (1997) acredita que ela tem a tendência ao fracasso, uma vez que a linguagem é dinâmica e as línguas mudam com o tempo, assim a gramática normativa também deveria mudar. Atualmente, temos, no padrão normativo, diversas formas em desuso, por exemplo, o pronome pessoal “vós”. O mesmo acontece com o pronome oblíquo “me”, quando usado de forma enclítica. Notamos como seu uso é antiquado ao levar em conta a música “Amor I Love you”, de Marisa Monte, em que o primeiro verso apresenta variação: “Deixa eu dizer que te amo” em vez de “Deixa-me dizer que te amo”. Outro exemplo é o caso do verbo transitivo indireto “gostar”. De acordo com o padrão, a frase “Essa é a menina que eu gosto” estaria incorreta, pois deveria ser “Essa é a menina de quem gosto”. Algo muito comum

que, definitivamente, não é mais usado na fala, é “o/a” e “lo/la”, substituídos por “ele/ela”: “Ela vai pegar ele”, “Eu vi ela”. Tendo isso em vista, podemos perceber, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p. 29), que a variação não pode ser ignorada.

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em “Língua Portuguesa” está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades. A imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, subjacente às prescrições normativas de difusão da mídia sobre “o que se deve e o que não se deve falar e escrever”, não se sustenta na análise empírica dos usos da língua.

Com a existência de tantos modos de comunicar a mesma proposição, surgiu, na sociedade, o preconceito linguístico, que é cada vez mais alimentado no dia a dia, na televisão, jornais e livros. Em programas de humor, principalmente, a variação linguística serve de ferramenta para inferiorizar pessoas de baixa classe social e de diferentes regiões do Brasil. O que se deve ter em mente é o fato de que todos os seres humanos trazem consigo traços de linguagem que, em algum momento, irão se diferenciar dos demais e que nenhum falar é “errado”, mas, sim, influenciado pelo meio no qual o indivíduo vive. Da mesma forma como se avalia a cultura, que não se pode julgar como inferior ou superior, a língua também deve ser vista dessa forma, porque é primordial a mudança no modo de pensar as variações existentes na Língua Portuguesa Brasileira, assim como em qualquer outro idioma.

## GÊNEROS TEXTUAIS: IMPORTÂNCIA PARA O ENSINO

Desde o estabelecimento da escrita, há mais de cinco mil anos, diversas formas de textos, com suas peculiaridades e funções, surgem a cada momento. Antigamente, costumava-se relacionar gênero à literatura, classificando-os em romance, terror, aventura, ficção, entre outros, porém, agora, sua definição não é essa. Na visão de Swales (apud MARCUSCHI, 2002, p. 29-30), gênero se refere a uma categoria distintiva de discurso, falado ou escrito, com ou sem intenção literária. Entender o que são gêneros textuais não é tarefa difícil, se os considerarmos de forma abrangente, isto é, não apenas na escrita, mas também na oralidade e, principalmente, em nosso dia a dia. De acordo com Marcuschi (2002), a vida social é encadeada por diversos textos que funcionam com seus ajustes e, mesmo que os gêneros tenham características claras que os evidenciem, eles permitem mudanças, conjugações, misturas e inter-relações. Assim, dominá-los é agir politicamente.

Na visão de Marcuschi (2002), os gêneros textuais são vinculados à vida cultural e social, contribuindo para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia a dia. Por serem altamente maleáveis e dinâmicos, eles estão sujeitos a mudanças tanto por motivos de necessidade e atividades socioculturais quanto por inovações tecnológicas. Hoje em dia, há um número muito maior de gêneros se comparado há três séculos, por serem considerados artefatos culturais, construídos ao longo do

tempo pelo ser humano. Além disso, por estarmos na fase da “cultura eletrônica”, aparelhos como o telefone, o rádio, a televisão e o computador, por meio da internet, fazem emergir vários novos gêneros e formas de comunicação, assim é impossível fazer uma lista com todos os gêneros existentes.

Embora o aprendizado de gêneros textuais esteja relacionado ao modo como a comunicação é efetivada em sociedade, é na escola que tal aprendizagem deve acontecer, levando em conta que é o ambiente propício para os alunos adquirirem habilidade de fala e escrita. Porém, ainda há, nas aulas de Língua Portuguesa, pouca exploração dos gêneros textuais. Além de ser um conteúdo rico em análise intertextual, possibilita aos alunos a percepção de que a língua está presente no nosso cotidiano como em jornais, placas, *outdoors*, restaurantes, livrarias, entre outros. De acordo com os PCN (1998), os textos sempre terão características que os classificarão em um gênero ou outro. Sendo assim, a noção de gênero precisa ser objeto de estudo.

Referente ao ensino de Língua Portuguesa, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p. 23 e 24) propõem que:

É necessário contemplar, nas atividades de ensino, a diversidade de textos e gêneros, e não apenas em função de sua relevância social, mas também pelo fato de que textos pertencentes a diferentes gêneros são organizados de diferentes formas. A compreensão oral e escrita [...] supõe o desenvolvimento de diversas capacidades que devem ser enfocadas nas situações de ensino. É preciso abandonar a crença da existência de um gênero prototípico que permitiria ensinar todos os gêneros em circulação social.

Assim, é importante o trabalho em sala de aula com textos autênticos e não apenas do universo escolar. O ensino com gêneros também contribui para o conhecimento de situações de formalidade, ou seja, como adequar-se ao contexto comunicativo, devido a sua heterogeneidade de recursos linguísticos. Para reforçar essa ideia, Pagliosa (2005) postula que apropriar-se de diversos gêneros e saber usá-los com eficiência e pertinência é o que garante ao ser humano o exercício pleno da cidadania.

## MUDANÇA NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: DESAFIO À SOCIEDADE COMO UM TODO

Uma das maiores preocupações, que circunda toda a dimensão da educação no Brasil, é o ensino de Língua Portuguesa. Com metodologias que visam à exploração da gramática normativa, a aprendizagem em sala de aula, geralmente, ignora contextos linguísticos que não seguem essas normas. Contudo, é, desde o surgimento do Português como disciplina, que a construção desse ensino tradicional inicia. Segundo Soares (1991), o Português foi integrado nos currículos escolares brasileiros como uma disciplina, a partir do final do século XIX; isso significa que o sistema de ensino já estava organizado há muito tempo. Antes disso, havia apenas seu uso para a alfabetização e as pessoas que continuavam os estudos eram de classe social mais elevada, que tinham práticas de leitura e es-

crita em seu meio social e que falavam a variedade da língua vista como culta, de prestígio. Assim, ensinar Português era levar aos alunos o conhecimento das regras gramaticais necessárias para a aproximação com a linguagem valorizada.

Diferentemente do passado, hoje em dia, pensar que o domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social é errado, segundo Bagno (1999), pois há muitas pessoas que se situam em um contexto social que as favorece. Assim, insistir em seguir modelos obsoletos de ensino da Língua Portuguesa é ignorar o contexto atual da sociedade. Porém, não é excluindo totalmente a gramática normativa que a aprendizagem de Português será, finalmente, ideal.

Bagno (1999) levanta a questão de que “se não é o estudo da gramática que garantirá a formação de bons usuários da língua, o que vai garanti-la?” De fato, muitas teorias e abordagens foram criadas na tentativa de alcançar uma resposta. Entretanto, a única conclusão unânime é de que há lugar para a gramática na escola, mas, com certeza, é diferente do que lhe é atribuído no ensino tradicional. Nesse lugar, a gramática não auxilia no desenvolvimento da competência linguística dos alunos, tornando-se ineficaz. Para Neves (1990), o ensino da gramática deve ser por meio de textos e propõe seu estudo por três níveis: linguístico (sistema), pragmático (interação) e discursivo (modalidades e pessoas do discurso). Na visão de Antunes (2007), restringir-se à gramática da língua é limitar-se a apenas um de seus componentes; assim, perde-se sua totalidade, deixando de lado a compreensão de suas múltiplas determinações. Na mesma perspectiva, Neves (2002, p. 226) entende que

[...] expressar-se numa língua não é simplesmente dominar o modo de estruturação de suas frases, mas é saber combinar essas unidades sintáticas em peças comunicativas eficientes, o que envolve a capacidade de adequar os enunciados às situações, aos objetivos de comunicação e às condições de interlocução. E tudo isso se integra na gramática.

Desse modo, é preciso entender gramática como parte de um objetivo mais abrangente a ser atingido: preparar os alunos para agir adequadamente em sociedade, ou seja, formar cidadãos. Para destituir-se de modelos obsoletos de ensino de língua materna, é imprescindível dar um passo muito importante: acabar com o preconceito linguístico. Ainda há, segundo os PCN (1998), muito preconceito derivado do valor atribuído às variedades padrão e ao estigma associado às variedades não padrão, consideradas inferiores e erradas pela gramática. Na mesma perspectiva, existe, segundo Bagno (1999), um círculo vicioso composto pela gramática tradicional, pelos métodos tradicionais de ensino e os livros didáticos.

Tudo começa com o primeiro componente que inspira a prática de ensino, que faz surgir livros didáticos cujos autores utilizam a gramática tradicional para a elaboração do material. Um dos conceitos equivocados, tanto por parte de alguns professores quanto pela sociedade em geral, é a noção de erro. O pensamento que permeia nosso cotidiano é que qualquer manifestação linguística que se afaste das normas tradicionais está incorreta. Porém, os professores não deveriam considerá-los erros, e sim esclarecer aos alunos as várias e diferentes formas de uso da língua, englobando suas variantes,



tendo em vista que, de acordo com Bagno (1999, p. 52), “ninguém comete erros ao falar sua própria língua materna [...] só se erra naquilo que é aprendido” e não no que é adquirido naturalmente.

Assim, há um trabalho a ser feito além da escola, mas partindo dela. Com a mudança dos princípios e objetivos das aulas de Língua Portuguesa, é possível quebrar a barreira do preconceito linguístico, para que haja o aprofundamento da língua materna sem a memorização e exploração de regras gramaticais.

## **METODOLOGIA**

Nesta pesquisa, foram apresentadas, inicialmente, questões quanto à variação e preconceito linguístico, relacionadas com a importância do trabalho desses conceitos nas aulas de Língua Portuguesa. Posteriormente, a fim de subsidiar a pesquisa, foi aplicado um questionário a alunos do Ensino Fundamental, com o objetivo de avaliar conhecimentos sociolinguísticos. Os estudantes foram questionados acerca do trabalho com variações linguísticas em sala de aula e suas respostas perante o aspecto social da língua.

A partir disso, foi elaborado um questionário cuja aplicação foi realizada na Escola Estadual Olavo Bilac, no dia vinte e três de setembro de 2014, com alunos do sexto ano do Ensino Fundamental. A turma era formada por vinte alunos que tiveram a seguinte orientação: - *Responder ao questionário sobre as aulas de Língua Portuguesa, incluindo a questão do preconceito linguístico, cujas questões estão abaixo indicadas.*

Não foi explicado nenhum conteúdo acerca da sociolinguística, tão pouco quanto à realização do questionário, a não ser quando os alunos pediram ajuda por não terem entendido certa pergunta. No questionário, havia quatro questões que indagavam o aluno a respeito de quais gêneros, atividades e conteúdos foram ou são trabalhados nas aulas e qual a reação dos alunos ao ouvirem diferentes sotaques.

A análise constituiu-se por meio do questionário em que foram avaliadas e discutidas as respostas. Para finalizar, foi feita uma discussão sobre a experiência didática relacionada às considerações teóricas, bem como a comparação entre os dados levantados. Para melhor visualização, os dados foram computados em gráficos de setores, em forma de percentagem e uma legenda de cores para fins de leitura.

## **RESULTADOS E ANÁLISE – QUESTIONÁRIO**

Conforme as questões do questionário, os resultados foram analisados segundo as respostas dos alunos e computados em gráficos de setores.

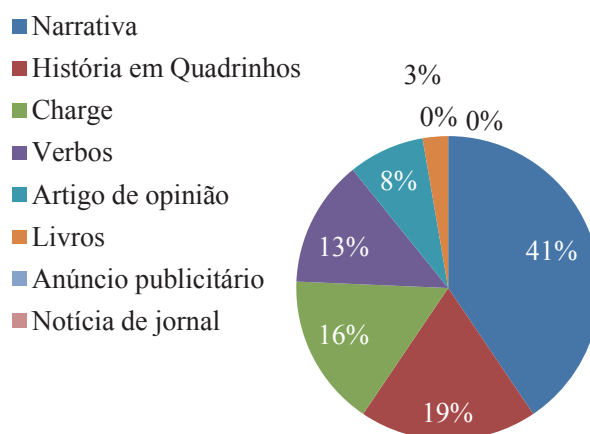
## Questão 1

O gráfico 1 corresponde à primeira questão do questionário. Percebemos que o gênero mais utilizado em sala de aula é a narrativa. Isso significa que o trabalho com variantes da língua não é a principal preocupação do professor, pois esse gênero textual é constituído por normas gramaticais, desde a coerência até a coesão textual. Assim, a visão de Antunes (2007) vai ao encontro desse resultado ao afirmar que restringir-se à gramática da língua é limitar-se a apenas um de seus componentes, perdendo sua totalidade e deixando de lado a compreensão de suas múltiplas determinações. O único espaço em que há a aproximação com a oralidade na narrativa são os enunciados de uma interação verbal que poderão existir, mesmo assim a abordagem de aspectos sociais da linguagem, na maioria dos casos, passa despercebida.

Outro dado importante é a percentagem de 13% para a ocorrência de verbos, sendo que essa categoria não estava entre as opções do questionário. Mesmo assim, os alunos marcaram a opção “outros” e escreveram *verbos*. Isso demonstrou o quanto a gramática normativa está presente no ensino. Com base na discussão proposta por Bagno (1999), ao questionar “se não é o estudo da gramática que garantirá a formação de bons usuários da língua, o que vai garanti-la?”, concluímos que o estudo da norma padrão da língua é essencial no ensino de língua portuguesa, porém, da forma como é abordada, torna-se apenas um conteúdo a ser memorizado para avaliações escolares.

Apesar disso, é relevante observar que há diversificação de gêneros textuais proposta pelos PCN (1998), estimuladores dessa prática, com o intuito de desenvolver diversas capacidades que devem ter enfoque no ambiente de ensino.

**Gráfico 1** - Gêneros que são ou foram utilizados.



## Questão 2

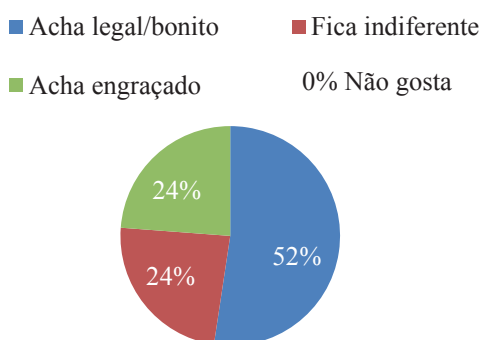
A segunda questão, que avalia a resposta dos alunos perante diferentes sotaques brasileiros, mostra que a maioria não tem preconceito linguístico, sendo que não há incidência de alunos que não



gostam dessa diversidade fonética. Porém, os PCN (1998) ainda afirmam que há muito preconceito derivado do valor atribuído às variedades padrão e ao estigma associado às variedades não padrão, consideradas inferiores e erradas pela gramática.

Sendo assim, ainda há um número considerável de alunos que acham variantes linguísticas engraçadas, tendo em vista que a mídia é o principal meio de comunicação em massa e é, por meio dela, que essa imagem depreciativa é propagada quanto aos diferentes dialetos (Gráfico 2). Subsidiando o que foi colocado, os PCN (1998) garantem que “a imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, subjacente às prescrições normativas de difusão da mídia sobre ‘o que se deve e o que não se deve falar e escrever’, não se sustenta na análise empírica dos usos da língua.” Assim, fica claro que a realidade de uso do português não é condizente ao que é imposto na televisão, rádio e jornais, tão pouco às aulas que privilegiam o ensino da norma padrão.

**Gráfico 2** - Opinião do aluno a respeito de diferentes sotaques.



### Questão 3

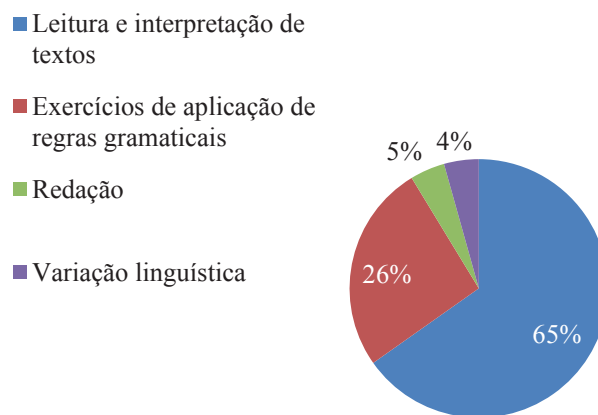
Na terceira pergunta do questionário, correspondente ao gráfico 3, foi indagado acerca de quais atividades são mais frequentes nas aulas de Língua Portuguesa e a grande maioria afirmou que leitura e interpretação de textos têm maior enfoque. Levando em consideração que esses textos são narrativos, conforme o gráfico 1, é evidente que tais atividades visam à exploração de elementos textuais afins ao ensino normativo, até mesmo pelo fato de que, no futuro, as habilidades de leitura e interpretação serão cobradas dos alunos, seja no Exame Nacional do Ensino Médio seja em qualquer curso de graduação em universidades.

Com a segunda maior porcentagem, aparece a aplicação de exercícios de regras gramaticais que nos levam a perceber que a gramática é ensinada fora de um contexto real de aplicação, isto é, com o preenchimento de lacunas em frases não relacionadas entre si. Com esse tipo de aprendizagem, os alunos conhecem apenas os conceitos da gramática tradicional que, muitas vezes, não são confiáveis, deixando de aprofundar esse conteúdo que tanto acrescentaria para a formação de indivíduos críticos. Sobre isso, Neves (2002) explica que se expressar em uma língua não é apenas explorar a

estrutura de frases e sim combiná-las, formando uma comunicação eficiente, e isso envolve a capacidade de adequar os enunciados às situações, aos objetivos e às condições de interlocução.

Além disso, a percentagem de frequência de atividades com variação linguística é muito baixa, com apenas 4%. Assim, notamos que ainda não é contemplado, suficientemente, o trabalho com a sociolinguística em sala de aula. Isso não contribui para a formação dos alunos, pois além de ter relação com o preconceito linguístico, as variações também se enquadram no uso da língua que se distancia do padrão culto, o que mostra que a língua é dinâmica e suscetível a mudanças. Assim, a ideia de Bagno (1999) de que não existe um padrão linguístico uniforme, porque é usado por pessoas que não são física, psicológica e socialmente idênticas, é essencial.

**Gráfico 3** - Atividades mais frequentes.

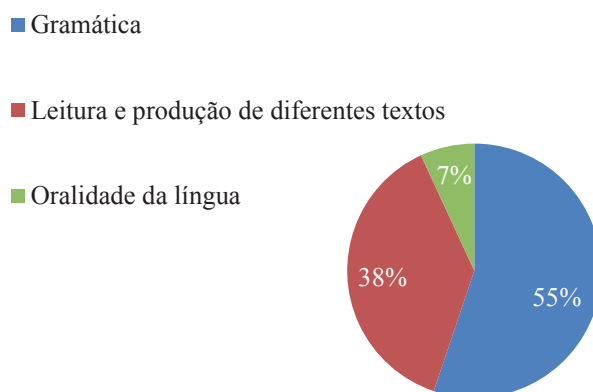


#### Questão 4

No gráfico 4, foram computados os dados da quarta pergunta cujo objetivo era saber quais conteúdos são mais frequentes ou já foram estudados. A opção da gramática cujo resultado foi 55% continha a seguinte especificação: indicação de sujeito, predicado, objeto direto e indireto ou classificação de orações subordinadas, trabalho com voz ativa e passiva, etc. A gramática, principal motivo por que as aulas de português, muitas vezes, não valorizam o aspecto social da língua, é, segundo Bagno (1999), um círculo vicioso que começa com o padrão culto que inspira as metodologias de ensino, surgindo os livros didáticos, baseados na gramática normativa. Sendo assim, são necessárias alterações nesses três componentes do círculo para que haja mudança efetiva no ensino.

O resultado do último gráfico reforça o que já foi concluído a partir das questões anteriores: a gramática é o principal objetivo das aulas de Língua Portuguesa e a oralidade é pouco ou quase nada trabalhada no ambiente escolar, como aponta a percentagem de 7%.

**Gráfico 4** - Conteúdos que são ou foram estudados.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa avaliou a problemática, apontada por meio de gráficos, que indica maior frequência para o ensino da gramática normativa e a pouca exploração do aspecto social da língua. Todavia, a hipótese de que não é trabalhada a diversidade de gêneros textuais foi refutada, uma vez que o questionário apontou grande número de diferentes gêneros. Outra constatação proposta no primeiro momento foi o preconceito linguístico dos alunos, entretanto, ela não se confirmou, pois a maioria dos estudantes acha bonitos os diferentes dialetos.

Os objetivos gerais e específicos foram alcançados, à medida que a discussão teórica contribuiu para melhor entendimento sobre o tema e possíveis métodos para contemplar a oralidade juntamente com a gramática normativa, considerando a língua como processo. Ademais, a metodologia utilizada foi de suma importância, para que a pesquisa de campo fosse significativa e levasse a análise da problemática inicial.

Por fim, pode-se concluir, com base nas observações realizadas no âmbito desta pesquisa, que a principal causa de as aulas de Língua Portuguesa, geralmente, não corresponderem a uma aprendizagem efetiva, é o trabalho com a gramática normativa por meio de metodologias que não visam ao aspecto social da língua. Assim, os alunos têm de memorizar estruturas ao invés de explorá-las com um olhar crítico e por meio de contextos reais de interação.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé Costa. **Muito além da gramática**: por um ensino sem pedras no caminho. Belo Horizonte: Parábola, 2007.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.

BELINE, Ronald. A variação linguística. In: **Introdução à linguística. I. Objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2007.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. Trad.: Marcos Bagno; Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

MARCUSCHI, Luis Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P. et al. **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática na escola**. São Paulo: Contexto, 1990.

\_\_\_\_\_. **A gramática-história, teoria, análise e ensino**. São Paulo: UNESP, 2002.

PAGLIOSA, E. L. B. **Humor**: um estudo sociolinguístico cognitivo da charge. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

PCN - PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. **Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**: língua portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

PRETI, Dino. **Sociolinguística - os níveis de fala**. São Paulo: Nacional, 1930.

SOARES, Magda. As condições sociais da leitura: uma reflexão em contraponto. In: ZILBERMAN, Regina; SILVA; Ezequiel T. (Org.). **Leitura-perspectivas interdisciplinares**. São Paulo: Ática, 1991.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

TERRA, Ernani. **Linguagem, língua e fala**. São Paulo: Scipione, 1997